

Comunicação: algumas opiniões

Nelson Pretto*

Informática e acarajé**

Meu computador pessoal, que carrego para todos os lados e ligo em qualquer tomada, tem amarrado no cabo de força uma fitinha do Bonfim. Não dá para brincar com as variações de corrente, especialmente em tempos de chuvas fortes... Nesta mesma *A Tarde****, alguns dias atrás, André Lemos (FACOM/UFBA) fazia algumas importantes reflexões sobre as relações entre valores planetários, locais e o tal *cyberespaço*. Foi daquele artigo que peguei emprestado o título deste de hoje. Estamos, aqui na Bahia, absolutamente integrados ao mundo global. Vivemos, em várias áreas, uma pobreza infernal mas, em termos comunicacionais, estamos na ponta. Estão presentes em nosso estado emissoras de televisão que trazem informações dos quatro cantos do mundo. Últimos dados do IBGE indicam que 75% por lares brasileiros tem pelo menos um aparelho de TV. Temos as Tvs por assinatura chegando, pelo menos em parte da cidade. Liderado pela UFBA, a Internet aqui se implantou e agora já podemos dizer que é de domínio público. Vários provedores se instalaram e, hoje, qualquer *micreiro* que tenha uns reais a mais por mês pode cair na rede. Na área pública, a Universidade continua mantendo a Rede Bahia, ponta da Rede Nacional de Pesquisa, agora já conectada ao mundo com duas linhas de 64 kbps, fazendo com que as navegações possam se dar de forma um pouco mais tranquila.

Mas esta tranquilidade introduz, por outro lado, uma nova questão: o que buscar nesta mega-rede chamada Internet? Tudo que lá está é importante? Não... e este talvez seja uma das maiores problemas que

* Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, e Doutor em Comunicação pela Universidade de São Paulo.

** Artigo para *A Tarde* - Caderno de Informática - abril de 1996.

*** Caderno de Informática do *Jornal A Tarde*, Bahia.

vivenciamos neste momento histórico. Passamos da absoluta falta para uma “enxurrada” de informações disponíveis, deixando-nos quase atônitos para lhes darmos um tratamento que possa, de fato, ajudar os nossos propósitos, sejam eles educacionais, científicos ou simplesmente de lazer.

Isto nos obriga a dar um grande salto de reflexão. Refletir, basicamente, sobre algumas questões, talvez *velhas*, mas ainda fundamentais. Como recebermos criticamente este conjunto de informações potencialmente disponíveis? É exatamente neste momento que retorna à cena a necessidade de podermos estabelecer com a rede Internet uma relação de crítica e de capacitação para uma busca de informações que nos ajudem de fato. Primeiro desafio posto, podemos pensar num segundo e grande desafio. Refiro-me à fundamental tarefa de colocar nesta rede, disponível para todo o planeta, as **nossas informações**. Os nossos acarajés, vatapás, nossa música, cultura, nossa economia, enfim, todos os nossos valores e desejos. Então, temos uma necessidade premente de nos colocarmos mais fortemente na Internet, de estarmos presentes de forma mais intensa neste *cyberespaço*. Temos que considerar que toda esta rede, as nossas infovias da informação construídas com muito investimento público, só se justificam se estiverem repletas de informações que favoreçam o nosso cotidiano. Parece-me que isto não está acontecendo ou, pelo menos, não está acontecendo com a intensidade que julgo necessária.

Temos que pensar na Internet como o local para obtermos informações sobre emplacamento de veículos e também como possibilidade de realizar o próprio emplacamento. Na educação, temos que pensar na possibilidade de entrar nos *sites* universitários para realizar matrículas, trocar programas de disciplinas, verificar horários de funcionamento das bibliotecas, localizar livros e dali saltar até as livrarias da cidade, que lá estarão com seus catálogos e ofertas, para fazer o nosso pedido. Poderíamos também entrar nas páginas dos cinemas para saber dos filmes em cartaz e dali, dar um pulinho em *Hollywood* para saber sobre diretores, autores, roteiristas. Da mesma forma que poderíamos ver os nossos produtores com seus filmes e vídeos expostos. Em pé de igualdade, o que é mais importante!

Um pouco disso a gente já tem nas páginas baianas da Internet. A PROMOEXPORT, por exemplo, mantém um belo conjunto de páginas com informações bastante completas sobre a economia baiana. A Pre-

Comunicação: algumas opiniões • 165

feitura alimenta as páginas do carnaval. As ONGs (Tamar, Axé, CEAS, Combonianos, Olodum, Germe) também estão presentes, mas de forma ainda muito tímida. Muito mais gente e instituições precisam ocupar lugar neste *cyberespaço*. Imaginem, a título de provocação, a CONDER com dados sobre a região metropolitana de Salvador. A Academia Baiana de Letras com a produção dos nossos acadêmicos. Os nossos grupos ambientalistas, colocando as informações sobre as nossas reservas ecológicas, com a possibilidade de *alucinantes viagens* pela Chapada Diamantina ou Litoral Norte. Poderíamos ter também um roteiro sobre as atrações do Pelourinho, dos shows que acontecem na cidade, no Vila, TCA, ICBA, ACBEU. Nestes, além da programação cotidiana, passearíamos virtualmente por dentro de todos os seus espaços. Imagine o Liceu de Artes e Ofícios constituindo-se num grande centro de referência sobre a questão da adolescência. A biblioteca do CEAO, que possui um dos maiores acervos sobre a chegada dos africanos ao Brasil, estando mais forte na Internet, constituir-se-ia numa importante fonte de pesquisa para baianos e não baianos.

Estas navegações, em busca de informações e serviços, sem os transtornantes deslocamentos físicos por nossas avenidas e estradas esburacadas, nos levaria a todo o nosso planeta, sem nem mesmo sairmos de casa. Com isso, além de termos uma presença mais forte e marcante neste mundo que é a Internet, teríamos mais tempo livre para nosso lazer, cultura e informação. Mais tempo para, por exemplo, ir até a baiana da esquina, comer um delicioso acarejé...

Ainda os livros didáticos ou José Sarney presidente da república...

O Ministério da Educação faz um enorme alarde porque uma comissão de especialistas por ele contratada encontrou erros crassos nos livros didáticos em circulação no país. Grande novidade! Com razão, imprensa, pais, estudantes e até mesmo editores, reclamam da necessária divulgação da relação de livros condenados. Protesto compreensível porque, de fato, o que se fez foi anunciar a existência de um problema sem especificar os "problemáticos". Mas não considero este o centro da questão.

O difícil é compreender o objetivo da discussão. O assunto - qualidade dos livros didáticos e políticas públicas para o setor - inundou os

mestrados e doutorados do país desde o início da década de 70. Nem este *boom* da pesquisa era novidade. O assunto é muito antigo e, desde a criação do Ministério da Saúde, Educação e Cultura, criou-se o Instituto Nacional do Livro (INL), também preocupado com a temática. Na década de 50, começaram a ser publicados os primeiros artigos sobre a matéria e, no Congresso Nacional, começam os pronunciamentos sobre a questão, sendo que, entre 1972 e 1985, cerca de 50 projetos de lei tramitaram, referindo-se, entre outras coisas, à padronização, normatização, utilização e substituição dos livros didáticos. Foram inúmeros os pronunciamentos preocupados, por exemplo, em proibir a adoção de livros que consideravam Domingos Fernandez Calabar “traidor”, em obrigar a inclusão da Revolução Acreana nos livros de História e Geografia; em obrigar a inclusão de trechos de peças de teatro nos livros didáticos, entre outros. Insistia-se, como hoje, que uma normatização era a palavra-chave para a solução destes problemas. Aliás, esta tem sido a tônica mais comum das políticas públicas para a área: centrar a ação nos materiais, nos produtos.

Na década de 70, fomos vítimas da incorporação a-crítica de teorias psicológicas e, com isso, presenciamos a invasão dos famosos livros didáticos descartáveis. Novos projetos de lei, normas, e manifestações do poder público. Defendeu-se a proibição deste tipo de livros. O livro teria que ser durável... por decreto! O Programa do Livro Didático - Ensino Fundamental (PLIDEF) instituiu o chamado *listão* - cerca de 700 títulos, na década de 80, e 1500, em 1990 - que, enviado às escolas e mediante o preenchimento de uma ficha, colocava a escolha dos livros como responsabilidade dos professores. A correta opção de retornar à escola a condução do processo educacional, no caso, com a escolha do livro a ser utilizado, esbarrou, obviamente, na dificuldade de **como** fazer a avaliação para melhorar a escolha. Enquanto isso, as editoras alegavam que faziam os livros que os professores queriam, que o mercado exigia e solicitava. Desde esta época, o Governo, através da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), gasta fortunas e monta verdadeiras operações de guerra para distribuir os livros. Como sempre, permanece a preocupação com a questão da qualidade. E, mais uma vez, cria-se uma comissão para analisar o conteúdo dos livros didáticos...

O que não se considera, no entanto, é que o país já produziu uma enormidade de pesquisas e reflexões sobre a temática. O INEP, órgão

do próprio MEC, demandou e financiou uma pesquisa executada pela Universidade de Campinas (O que sabemos sobre o Livro Didático - UNICAMP, 1989), já apontando inúmeros absurdos, distorções e, o mais importante, algumas propostas de políticas públicas para o setor. Alguns estados inclusive já avançam nesta área. Eu mesmo coordenei no INEP um programa que previa uma articulação com a FAE e a comunidade acadêmica, visando dotar a escola de condições de analisar os livros didáticos. Sim, porque atribuir ao professor esta responsabilidade, sem lhe dar as devidas condições, não mudará em nada a situação. Vejam os leitores que, desde aquele tempo até hoje, a imprensa vem divulgando, periodicamente, matérias com denúncias e análises dos livros e das políticas. Não tivemos praticamente nenhuma modificação neste estado de coisas e continuamos a insistir na mesma tecla. Ou seja, investiu-se uma enormidade de recursos ao longo de todo este tempo e, concretamente, os livros didáticos continuam os mesmos...

O relatório que a própria FAE produziu em 1994 (**Definição de critérios para a avaliação dos livros didáticos**, FAE/MEC - UNESCO, 1994), indicou parâmetros para serem trabalhados, inclusive com a identificação de muitos problemas nos livros analisados. Diga-se de passagem, o mesmo que inúmeros pesquisadores, em todo o Brasil, já haviam feito ao longo dos últimos anos. Lembro de grupos como os de Hilário Fracklanza, na UNICAMP, que inclusive fez pesquisa para o MEC em 85, de Nilda Alves, na Federal Fluminense, de Regina Zilberman, na PUC do Rio Grande do Sul, de Marisa Lajolo, na UNICAMP, da Secretaria de Educação de Pernambuco (aliás sob o mesmo comando de Silke Weber), e do grupo liderado pela Universidade Federal da Bahia, que realizou uma série de encontros em todo o estado para discutir a temática. Tudo indicando exatamente o mesmo que hoje a famosa lista nos apresenta.

Vimos nos jornais que alguns autores e editores ameaçaram analisar os livros não condenados pela comissão do MEC para comprovar que todos eles possuem problemas. É claro que a maioria dos livros terão problema. E sempre será assim. Se não tivermos uma base - no nosso caso escolas e professores - bem qualificada para tratar este material como qualquer material científico e cultural, ou seja, **sujeito à crítica**, não teremos solução para o problema. Ou teremos a pretensão de contratar alguns iluminados para elaborar em Brasília um livro didático

168 • Nelson Pretto

ideal para ser adotado em todo o Brasil? Não devemos esquecer, aliás, que esta proposta sempre circulou no planalto central...

Pensando um pouco mais longe, não estaremos imaginando ser possível disseminar este conteúdo ideal, talvez agora via televisão? Basta verificarmos que, novamente, estamos introduzindo parabólicas, tvs e vídeos em nossas escolas sem visualizarmos ações tão intensas com aqueles que são - ou deveriam ser! - o centro de todo esse processo?! Em breve, estaremos lendo nos jornais listas de vídeos condenados pelo MEC...

Não me preocupa nem um pouco um livro didático afirmar que o atual Presidente da República é o Sr. José Sarney. Preocupa-me, e muito, encontrar um professor trabalhando com esse livro e passando a seus alunos esta informação. Isto é que deveria preocupar todos nós. Mas... quem sabe, não será, no fundo, tudo a mesma coisa?!